

TERCEIRO SETOR E QUESTÃO SOCIAL: CRÍTICA AO PADRÃO EMERGENTE DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Carlos Montaña

São Paulo: Cortez Editora, 2002

por Ivan Freire Fonseca¹

Carlos Montaña em seu livro "Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social" realiza um estudo crítico a respeito da efervescência e multiplicação do chamado "terceiro setor". Nele, busca demonstrar as bases teóricas de sustentação deste fenômeno, apresentando os seus pressupostos e promessas. Em seguida, apresenta a configuração desse setor na realidade concreta, desvelando sua funcionalidade ao projeto neoliberal no "enfrentamento" da questão social. Apresenta, também, os rebatimentos que vêm a reboque destas transformações para a profissão do Serviço Social, visto serem as políticas públicas de "enfrentamento" da questão social a sua "*base de sustentação funcional-ocupacional*".

Partindo de uma perspectiva totalizadora e considerando a importância do papel das lutas de classes para o entendimento dos processos históricos, Montaña procura mediações e determinações históricas que fazem articulação com a temática em pauta. Neste sentido, ele aponta como marco referencial para esta discussão, a crise do petróleo de 1973 – caracterizado como o início de um novo período da crise capitalista e que se estende até os dias atuais – para, então chegar às estratégias utilizadas pelo capital a fim de superar este período de crise: o neoliberalismo. Este, segundo o autor, se estrutura a partir de três frentes articuladas: o combate ao trabalho, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado. Destaca, ainda introdutoriamente, que no caso brasileiro, devido as peculiaridades históricas de nosso país, os ajustes neoliberais, têm se dado sem grandes dificuldades, seguindo as orientações do Consenso de Washington.

¹ Mestrando em Serviço Social PUC/Rio

No primeiro capítulo do livro, intitulado “Características do debate dominante sobre o (conceito) ‘terceiro setor’”, inicialmente, Montaño tece críticas a autores do debate dominante sobre o “terceiro setor” apontando diversas debilidades conceituais, visto que, não chegam a apresentar sequer consenso sobre sua origem, composição e características. Segundo ele, tais debilidades representam “*uma clara expressão de um conceito ideológico que não dimana da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico*” (p. 58-59).

Montaño nos chama à atenção para a existência de diversas correntes de pensamento, algumas delas antagônicas, na discussão sobre o “terceiro setor”. Porém, neste trabalho optou por classificá-las, em linhas gerais, sob duas grandes tendências: a *regressiva* e a de *intenção progressista*². Ambas, para o autor, parecem ancorar-se em lugar comum: incorporam de autores liberais clássicos idéias nas quais o Estado intervencionista apresenta-se como obstáculo à liberdade. “*No fundo, está em questão o clássico antagonismo liberal entre igualdade e liberdade, entre justiça social e livre iniciativa, entre sistema democrático e sistema de liberdades individuais*” (p. 61). Nesta linha de reflexão, ele procura em autores como Tocqueville, Hayek, Habermas e Rosanvallon os fundamentos do debate dominante sobre o “terceiro setor”. Desses, Montaño consegue extrair alguns pressupostos e promessas consensuais no debate sobre a temática em pauta. Pressupostos e promessas que acabam por mistificar o real processo de transformação social. Dessa forma, o conteúdo vinculado pelos autores do “terceiro setor” chega aos nossos ouvidos de modo suave, gerando maior aceitação e menor resistências a esse processo e, conforme o autor, como um “*canto de sereia*” empurrando-nos às profundezas do mar.

No segundo capítulo, “O fenômeno (real) por trás do conceito (ideológico) de ‘terceiro setor’”, Montaño apresenta a legislação pertinente ao “terceiro setor” e realiza um verdadeiro desmascaramento do conteúdo apresentado através do debate dominante sobre a temática em pauta. Para ele, o surgimento e desenvolvimento do chamado “terceiro setor” são frutos das transformações na modalidade de respostas às seqüelas da “questão social” típicas do welfare state. “*As políticas sociais universais, não contratualistas e constitutivas de direitos de cidadania são acusadas pelos neoliberais de propiciarem o esvaziamento de fundos públicos, ‘mal gastos’ em atividades burocratizadas, sem retorno e que estendem a cobertura a toda população indiscriminadamente*” (p. 188). Cabe destacar que, como assinala Montaño, o que se alterou foi a forma de enfrentamento da “questão social” e não a questão social em si –

² **Tendência regressiva:** tendência conservadora, inspirada nos princípios liberais e neoliberais, querem o mercado como âmbito regulador das relações sociais; **Tendência de intenção progressista:** visa a sociedade civil (O “terceiro setor”) como espaço privilegiado de interação entre os indivíduos, associações, etc. (2002, 62).

que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição de riqueza social.

Na verdade, o que está em jogo nesta discussão é um dos aspectos da nova estratégia do capital para a superação de mais um ciclo de crise: a retirada das políticas sociais do âmbito do Estado e sua transferência para o âmbito privado. “... *Em lugar das organizações do Estado (burocrática e ineficiente) ou do mercado (lucrativo) para responder às demandas sociais, as organizações das sociedades civis assumem essa tarefa*” (p. 184-185).

As principais características e conseqüências desse processo, apontadas pelo autor são: fragmentação de realidade em três setores (Estado, mercado e sociedade civil); desresponsabilização e retirada do Estado, reduzindo e, em alguns casos, até eliminando sua intervenção social em diversas áreas; focalização das políticas públicas sociais; mercantilização e refilantropização das políticas sociais, vistas não mais como direitos de cidadania mas, ora como mercadoria, ora como favores; o caráter pontual e fragmentado da “questão social” que, conseqüentemente, não dá conta da realidade social e perpetua a dependência dos setores carentes por este tipo de resposta, consolidando as desigualdades existentes e fomentando o clientelismo; e, por fim, despolitização e enfraquecimento da sociedade civil devido, em muitos casos, a dependência de financiamento externo (do Estado, de Empresa, etc.), devido também, a uma confusão, proposital, entre movimentos sociais (com bandeiras de luta e reivindicações por direitos democráticos e políticos, por direitos civis, econômicos e sociais, de enfrentamento ao Estado) e o novo “terceiro setor” (atuando agora, em parceria com o Estado).

Segundo Montaño, a emergência do terceiro setor apresenta-se funcional ao projeto neoliberal na medida em que esse é instrumentalizado pelo capital a fim de: justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social; desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais; despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os; Criar a cultura/ideologia do possibilismo³; reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego; localizar e trivializar a “questão social” e auto-responsabilizar a sociedade pelas respostas às suas seqüelas, reforçando a crença da possibilidade de mudança social fora da dinâmica econômica e política que ocorre no Estado, no mercado e na indústria.

³ A cultura/ideologia do possibilismo consiste, basicamente, em fazer com que se pense que a ordem capitalista e as transformações neoliberais ora em curso são naturais e imodificáveis. Sendo assim, procura-se no interior deste sistema, a melhora possível, a mudança possível, a participação possível.

Obviamente, tais mudanças afetaram particularmente a profissão do Serviço Social. Ainda no segundo capítulo, Montaño apresenta alguns dados que confirmam os rebatimentos dessas transformações no exercício da profissão, indicando, particularmente, a precarização das relações de trabalho do assistente social e a perda paulatina do espaço profissional-ocupacional, que vem sendo substituído por serviços voluntários, não qualificados, no âmbito do “terceiro setor”.

Montaño conclui apontando uma alternativa para o enfrentamento à ofensiva neoliberal e o caminho para a superação da ordem capitalista. O percurso apontado pelo autor para essa superação consiste na compreensão da sociedade civil a partir da contradição capital/trabalho (como lutas numa arena particular, porém articulada, aos processos de lutas da sociedade como um todo). Aqui, o autor deixa claro que o que se questiona não é participação da sociedade civil (ideologicamente chamado de “terceiro setor”), mas seu caráter substitutivo do Estado. Para ele, ambos representam arena possíveis de lutas sociais. Diferente da concepção dos autores do “terceiro setor” onde, as atividades por ele desenvolvidas representam *“um todo orgânico, relativamente homogêneo e dirigido ao mesmo fim: o bem comum, a participação cidadã”* (p. 264), Montaño reconhece as lutas na sociedade civil (heterogênea e com interesses antagônicos), em sua cotidianidade, como *“absolutamente necessárias num processo de efetiva transformação social, a caminho da emancipação humana”* (idem).

Consideramos que as contribuições trazidas por Carlos Montaño neste livro, sem dúvidas, irão integrar e enriquecer o debate sobre o “terceiro setor”. A forma como este foi desenvolvido apresenta uma característica bastante interessante: a construção e desconstrução do debate dominante sobre o terceiro setor, pondo às claras mais uma das estratégias utilizadas pelo capital neste período de reordenamento. Assim, o que se verifica é a transformação ideológica da sociedade civil como arena de lutas em “terceiro setor” (espaço harmonioso, que assume as respostas às seqüelas da “questão social” ora abandonadas pelo Estado). Particularmente, chama-me à atenção sua perspectiva de transformação da realidade, fator imprescindível para quem atua com a realidade social, pois, posição contrária, leva ao imobilismo, à apatia, à crença de uma ordem insuperável. Como bem lembra o autor, remetendo-se a Gramsci, *“o ‘pessimismo da razão’, (...), não cancela o ‘otimismo da vontade’, sempre que sus*